

2 JAN 1985

O GLOBO

## D. Ivo: Igreja quer influir para formar opinião de constituintes

PORTO ALEGRE — A convite da Igreja Católica, uma comissão de leigos vai oferecer sugestões e reivindicações à futura Constituição do País, com o objetivo, segundo o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheiter, de torná-la uma "lei de cunho moderno". A Igreja, segundo o Bispo, pretende influenciar os integrantes da Assembléia Constituinte que deverá ser convocada durante o próximo Governo.

A CNBB convidou um grupo de leigos para formular sugestões à nova Constituição do País. Esse gesto não poderá ser interpretado pelo novo governo como interferência da Igreja em assuntos políticos?

— Na década de 1930, foi muito apreciado o esforço do Cardeal Leme no sentido de conseguir contribuições para a Constituição de 1934. A Igreja de hoje quer elaborar propostas e reivindicações que venham a fazer mais aceitável a nova Constituição federal. Há muitos pontos onde a Igreja pode e deve pronunciar-se: relações entre o Estado e o indivíduo, sentido e limites do direito de propriedade, o direito da família, o direito da educação etc.

No que constituirá o trabalho dessa comissão?

— Dentro da metodologia de trabalho que se anunciou recentemente e que vai querer os leigos mais

atuantes nesses assuntos de índole social e política, a CNBB pretende criar condições para que leigos competentes possam reunir-se, estudar em comum, elaborar sugestões, montar um esquema de debate amplo e atingir os próprios membros da Constituinte, para que tenhamos uma lei máxima de cunho moderno, socialmente aberta e merecedora do acatamento geral.

Por outro lado, como a CNBB aceitará possíveis sugestões de políticos sobre assuntos de Pastoral?

— Quem é católico fiel e sincero, isto é, participante numa comunidade cristã, pode e deve dar sugestões para o desenvolvimento da ação pastoral.